



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 22 de setembro de 2011

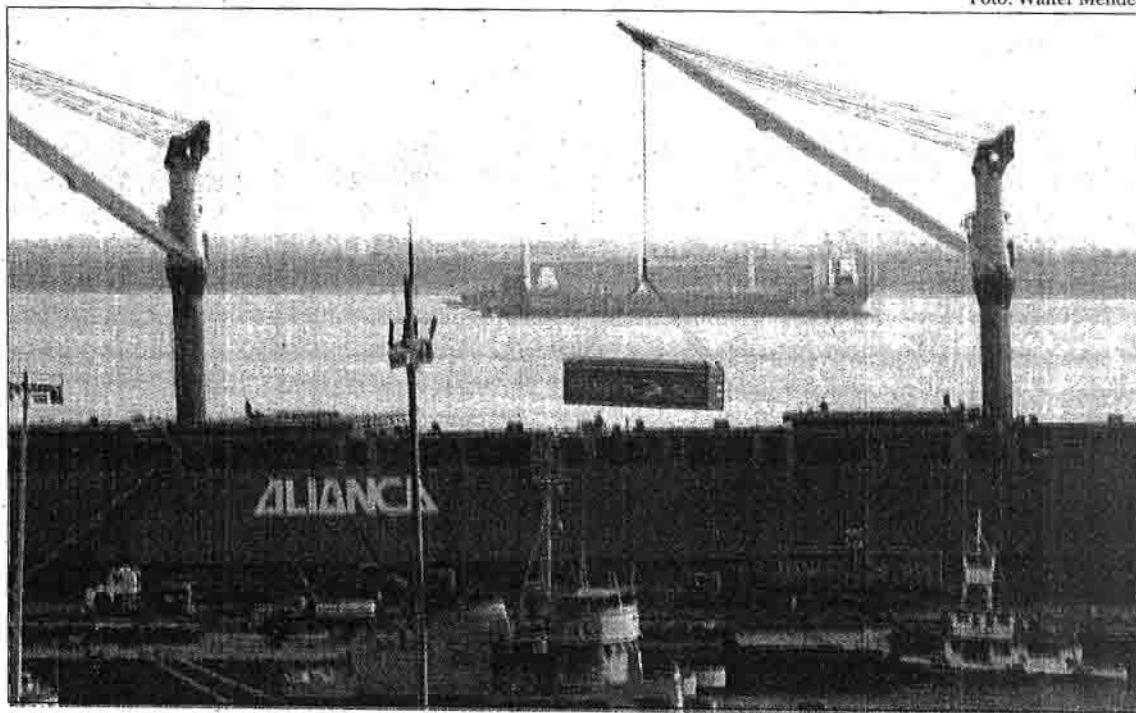
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Produção	4
POLÍTICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Estudo	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Importação.....	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow- Up	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	8
CAPA	
A CRITICA	
Sim & Não	9
OPINIÃO	
A CRITICA	
Vanessa Grazziotin	10
OPINIÃO	
A CRITICA	
Lei Aprovada.....	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Mais caras	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
Vantagem da Zona Franca é preservada.....	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	14
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO	
PIM garante incentivos para produzir tablets	15
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Porto	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	17
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Senado aprova a MP dos tablets.....	18
POLÍTICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Pessimismo dos industriais com a economia está maior, diz CNI.....	19
ECONOMIA	

REVISTA ELETROLAR NEWS Impostos dificultam a competitividade	20
REVISTA ELETROLAR NEWS Impostos dificultam a competitividade (Continuação).....	21
REVISTA ELETROLAR NEWS Cenário favorável para novos investimentos no PIM.....	22
REVISTA ELETROLAR NEWS O consumidor é quem manda	23

CAPA

Novo percentual do imposto permite ao setor realizar investimentos em inovação tecnológica de forma mais acessível

Foto: Walter Mendes



Com a redução a indústria local vai poder importar produtos de alta tecnologia a preços mais competitivos

O Governo Federal, por meio da Camex (Câmara do Comércio Exterior), lançou mão de um novo mecanismo para auxiliar a indústria brasileira. Trata-se da redução para 2% do II (Imposto de Importação) de cerca de 200 bens de capital (maquinário), de informática e de telecom não-fabricados no país até o final do

próximo ano. Antes da decisão, o imposto para esses produtos variava entre 12% e 16%. No Amazonas, a notícia foi bem recebida pela indústria local. O assessor econômico da Fieam, Gilmar Freitas, disse que a medida favorece tanto a ZFM quanto a indústria brasileira como um todo.

Página A5

MP dos Tablets é aprovada no Senado

O plenário do Senado aprovou, ontem, a Medida Provisória 534, que reduziu a zero as alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre a venda de tablets produzidos no Brasil. A matéria seguirá à sanção presidencial.

Para proteger a Zona Franca de Manaus da concorrência, a proposta aumentou de 4,6% para 5,6% o crédito da Cofins para esses produtos, quando forem adquiridos de empresas da região, além de estabelecer como limite máximo 600 cm² para a tela dos tablets.

Página A6

Editorial

Ciência, tecnologia e discurso polido da necessidade de fazer

Na condição de presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Senado, o senador Eduardo Braga (PMDB) participou ontem do 2º Simpósio de Ciência e Tecnologia e Informação da Marinha do Brasil, saindo-se com um belo discurso sobre a impor-

tância do investimento em ciência para o progresso do país.

Disse o senador amazonense que “é essencial que o Brasil fuja do estereótipo de um produtor/exportador puro e simples de commodities e de produtos com baixo ou nenhum valor agregado” e que o país somente conseguirá “mais degraus” se tiver “uma indústria e uma academia sólidas”.

Remontando a um passado recente, convém lembrar que o sr. Eduardo Braga governou o Amazonas durante dois mandatos consecutivos, e nesse período de governança demonstrou pouca ou quase nenhuma preocupação com o desenvolvi-

mento da ciência no Estado que detém um dos maiores polos industriais de alta tecnologia do país.

Os resultados disso são bem visíveis nos elevados índices de importação de peças e componentes eletroeletrônicos para o PIM, e na desvantagem da ZFM nas disputas pela fabricação de produtos de tecnologia de ponta. Seu governo não foi capaz de consolidar nem uma indústria, nem uma academia de base científica e tecnológica. Não houve os investimentos necessários, mesmo porque não havia uma política de governo nesse sentido; ficou no belo discurso sobre “a necessidade de fazer”.

Produção

Senado aprova MP que incentiva tablets

O plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a Medida Provisória 534, que reduziu a zero as alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre a venda de tablets produzidos no Brasil. A matéria seguirá à sanção presidencial.

"A medida melhorará o perfil das exportações brasileiras, ainda fortemente calcadas em produtos primários", afirmou o relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Com a redução dos dois tributos, a estimativa é de que o

preço final dos tablets caia em 31%.

Para proteger a Zona Franca de Manaus da concorrência na atração de fabricantes de tablets, a proposta aumentou de 4,6% para 5,6% o crédito da Cofins para esses produtos, quando forem adquiridos de empresas da região. Uma emenda aprovada na Câmara estabeleceu como limite máximo 600 cm² para a tela dos tablets e proibiu que viessem com controle remoto. Assim foram preservados monitores e televisões.

Estudo

Ipea diz que país é destino de investimentos estrangeiros

Brasil será atrativo nos próximos 12 meses, segundo estudo de percepção mundial

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou ontem um estudo segundo o qual o Brasil será um dos principais destinos de investimentos estrangeiros diretos no mundo nos próximos 12 meses, mesmo com a crise internacional. As informações estão no Monitor de Percepção Internacional do Brasil. Segundo o estudo, baseado em consultas a agentes internacionais, o indicador que mostra a possibilidade de o Brasil receber investimentos subiu de 35 pontos para 43 pontos de maio para agosto de 2010.

O Brasil possui a figurar entre os maiores destinos dos investimentos estrangeiros diretos nos próximos 12 anos para 70% dos entrevistados pelo Ipea ante os 56% que tinham a mesma perspectiva na pesquisa anterior. De acordo com técnicos do Ipea, a mudança na percepção dos entrevistados “está em linha com estatísticas da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) sobre fluxo de capitais em 2010”. No ano passado, o Brasil ocupou o quinto lugar no ranking, atrás dos Estados Unidos, da China, de Hong Kong e da Bélgica, informou o Ipea.

“Entre 2007 e 2009,



Foto: Divulgação

Estudo mostra que melhorou a percepção no exterior da condução da política econômica brasileira

o Brasil ficou entre o 12º e o 15º receptores de investimentos. Já em 2010, ele subiu para a quinta colocação. A posição não era alcançada desde o final dos anos 90, época das privatizações. Em 2011, a expectativa é que o Brasil talvez suba alguns postos. O investimento dos primeiros sete meses já é quase o mesmo do ano passado inteiro”, disse André Pineli, especialista em planejamento e pesquisa do Ipea. O estudo, destacou Pineli, mostra ainda melhora no indicador que avalia a inflação. O indicador, que registrou expressivas quedas

nas enquetes de fevereiro (-10) e maio (-24), reverteu a tendência, que agora é de

Entre 2007 e 2009, o Brasil ficou entre o 12º e o 15º receptores de investimentos, mas em 2010 ele subiu para a quinta colocação

neutralidade (zero).

“De modo geral, notamos uma melhora dos indi-

cadores. A pesquisa que foi feita em maio indicava uma explosão da inflação, mas, desta vez, em agosto, houve tendência de acomodação nas expectativas”, acrescentou o técnico.

O estudo revela ainda a melhora da avaliação dos agentes internacionais sobre a condução da política econômica no Brasil. O indicador subiu de 5 pontos, em maio, para 20 pontos em agosto. Para o Ipea, a mudança sugere uma percepção mais forte de que a política econômica nos últimos 12 meses favoreceu o crescimento com estabilidade.

Importação

Governo reduz imposto para apoiar produção

Imposto de Importação para 200 bens de capital, de informática e de telecomunicações para auxiliar a indústria nacional

POR JULIANA GERALDO

Depois de aumentar para 30% o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos importados ao Brasil de fora do Mercosul e do México, agora foi a vez do governo federal, por meio da Camex (Câmara do Comércio Exterior), lançar mão de um novo mecanismo para auxiliar a indústria brasileira. Trata-se da redução para 2% do II (Imposto de Importação) de cerca de 200 bens de capital (maquinário), de informática e de telecomunicações não fabricados no país até o final do próximo ano. Antes da decisão, o imposto para esses produtos variava entre 12% e 16%. No Amazonas, a notícia foi bem recebida pela indústria local.

O assessor econômico da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas, disse que a medida favorece tanto a ZFM quanto a indústria brasileira como um todo porque permite ao setor realizar investimentos em inovação tecnológica de forma mais acessível. "Admitindo que não possuímos toda a tecnologia nem a condição de desenvolver-lá aqui no Brasil, poder adquirir esses produtos de forma mais fácil nos ajuda a ter competitividade".

Ele ressaltou que não há motivo para preocupação quanto aos bens de

informática e telecomunicação, uma vez que o imposto reduzido só irá incidir sobre produtos não fabricados no país. "Além disso, a lei de informática tem artigos bem definidos quanto à produção na-

Redução incentivará empresários a produzir mais e contratar novos funcionários para ampliar a oferta

cional desse segmento", completou.

Para o titular do Corecon-AM, (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco de Assis Mourão Júnior, a

redução incentiva os empresários a produzirem mais e criar novos empregos, que segundo ele, é o principal benefício. "Cada ação dessa praticada pelo governo é um avanço para tentar equilibrar a situação. Agora, é só continuar baixando a Selic (taxa básica de juros)".

No entanto, conforme adverte o economista, as resoluções são passageiras e paliativas. "Não se pode esquecer de cuidar de questões mais profundas como a crise logística do PIM, e a falta da infraestrutura necessária. Mas por hora, é uma boa notícia", opinou.

Para o professor da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) e economista, José Alberto Machado, a medida é uma extensão do que já estava acontecendo e é um acerto

Por dentro

Quem investe nesse mercado

A resolução número 68, publicada ontem no DOU (Diário Oficial da União), insere diversos produtos, denominados bens de capital, informática e telecomunicações na categoria de 'ex-tarifários', que se trata de um artifício para reduzir temporariamente o custo de determinados produtos para auxiliar a indústria brasileira, quando não houver a produção nacional.

Segundo o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), as empresas que solicitaram a redução pretendem investir US\$ 67 milhões em compras em produtos de telecomunicações; US\$ 55,8 milhões em siderurgia e US\$ 43,5 milhões na indústria química. Os principais importadores deverão ser empresas de autopeças (previsão de gastos de US\$ 383,6 milhões), mineração (US\$ 284,8 milhões) e geração de energia (US\$ 127,6 milhões).

Dados: FolhaPress

Por dentro

STF é destino de reclamações

A medida que na última quinta-feira, 15, aumentou em 30% o IPI sobre os veículos importados visando auxiliar a produção brasileira já gera polêmica entre os importadores que se sentem prejudicados.

Integrantes da Abeiva (Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores) anunciaram que entrarão na Justiça com mandado de segurança coletivo contra o prazo de vigor do aumento, que segundo eles começou a valer no mesmo dia da publicação no Diário Oficial.

O DEM que também discorda da decisão, ingressa hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para tentar derrubar o aumento do imposto, pois o considera que a medida não poderia ter entrado em vigor antes de 90 dias.

* Fonte Agência Estado

em relação aos bens de capital. "No entanto, quanto aos bens de Informática e Telecom é preciso verificar se a lista realmente só beneficia produtos que não afetem a produção do PIM, pois nesse caso, perdemos nossa vantagem", alertou.



Importação de maquinário e equipamentos será facilitada com a redução na alíquota do imposto até o final do próximo ano

Emprego

Câmara aprova projeto que amplia aviso prévio

A Câmara dos Deputados aprovou, há pouco, o projeto de lei do Senado que aumenta o tempo de aviso prévio para os trabalhadores com mais de um ano no mesmo emprego. Como os deputados não alteraram o texto do Senado, o projeto segue agora à sanção presidencial.

Pelos texto aprovado, o aviso prévio para quem ficar até um ano no trabalho será de 30 dias. Para os que

permanecerem por mais tempo, será computado o aviso mais três dias por ano trabalhado. O projeto limita o tempo máximo do aviso prévio em 90 dias.

Todos os partidos encaminham favoravelmente a aprovação do projeto, que está tramitando no Congresso Nacional desde 1989. Foi feito um acordo entre todos os partidos para que não houvesse alteração no texto do Senado.

Follow- Up



Encontro com Notáveis - Setembro de 2011

A 124ª edição do programa "Encontro com Notáveis" ocorrerá hoje, quinta-feira, às 18:30 h, no Studio 5 – Salão Nobre. Realizado mensalmente pelo CIEAM, por intermédio do CETRIN (Centro de Treinamento da Indústria), sob coordenação da psicóloga Ana da Luz Monteiro, o programa visa contribuir para enriquecer o capital humano – o mais valioso fator de produção na Era do Conhecimento – da ZFM. Ao longo de 12 anos, o programa foi assistido por uma audiência acumulada superior a 70 mil pessoas, o que revela sua amplitude e penetração na comunidade manauara.

A palestra será uma Palestra-Show, a ser proferida pelo notável Erik Penna, que abordará o tema: "Motivação Nota 10", com o seguinte conteúdo programático:

- ✓ Inovar ou padecer.
- ✓ A importância do treinamento constante.
- ✓ Gestão: Operacional x Estratégica.
- ✓ A felicidade no trabalho impacta os resultados profissionais.
- ✓ CHA do sucesso profissional.

✓ Dicas para o seu negócio e na sua carreira.

✓ Superando desafios e ultrapassando metas.

✓ Foco na solução.

O notável Erik Penna foi selecionado entre os 25 maiores nomes em motivação e os 50 maiores especialistas em vendas do país. Formado em Economia, pós-graduado em Marketing pela Universidade Paulista e MBA em Gestão de Pessoas pela FGV, escreve artigos para diversas revistas e sites da área. É consultor, palestrante diretor da Equilibria Treinamentos, autor-colaborador dos livros "Gigantes das Vendas" e "Gigantes da Motivação" e autor dos livros "A Divertida Arte de Vender" e "Motivação Nota 10". Seu site é www.erikpenna.com.br.

Os apoiadores-parceiros do programa são: Salcomp, Technos, 3M, Jabil, Masa-Flextronics, Continental, Tutiplast, Fujifilm, Microservice, Nokia, P&G, Sony, Yamaha, Whirlpool, Honda, Showa, Digiboard, Coca-Cola, Minds, Dental Plan, BDS, Scórpius, Seculus, Nassau, Videolar, Copag, Bemol, Fieam, CDL, Senai, Fucapi, Sebrae-AM, Samel, Multipla, Voight, Aliança Navegação, Adukargo, Magistral, Restaurante Fiorentina, Focus/DM, Real Bebidas, Novotel e Hotel

da Vinci.

Se sua empresa desejar apoiar o programa, uma das formas de fazê-lo é com a aquisição de ingressos para que seus colaboradores participem das palestras. O valor do investimento é R\$ 55,00 por ingresso e as inscrições podem ser feitas pelos telefones 3584-4107 e 3584-4113, ou pelo e-mail: cetrin@

Comparado a outros países emergentes como Rússia, Índia e China, o brasileiro é o que mais paga pelos serviços de internet

cieam.com.br.

O mais caro dos BRIC

Serviços de internet e celular estão em expansão no país, mas custam muito caro. Comparados a outros países emergentes como Rússia, Índia e China, o brasileiro é o

que mais paga pelos serviços, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da ONU para questões de comunicação. O relatório da UIT traz dois índices: o ICT Development Index (IDI), que mede a infraestrutura dos países para os serviços de internet e telefonia, e o ICT Price Basket (IPB), que mostra o preço dos serviços em relação à renda per capita. No ICT Price Basket, o Brasil aparece em 96ª posição. O brasileiro gasta, em média, 4,8% de sua renda para pagar serviços de comunicação. O ranking é liderado por Mônaco, cujos habitantes gastam a menor proporção da renda com esses serviços. O último lugar é ocupado pelo Níger. Em termos relativos, a conta dos brasileiros é maior que a dos russos, cujo gasto com internet e celular equivalem a 1,1% do PNB. Na China, o custo equivale a 3,1% e na Índia a 4,1% do PNB per capita. Os consumidores do Brasil também pagam mais que os da Argentina, Uruguai e Chile. No índice IDI, o Brasil se posiciona em 64º lugar (com nota 4,22 em uma

escala de 0 a 10), a meio do caminho do patamar da Coreia do Sul (8,40), a primeira colocada.

Ética secular

Para um religioso, o Dalai-lama Tenzin Gyatso surpreendeu, na recente viagem ao Brasil, ao defender a importância da perspectiva secular. Segundo ele, apesar de todas as religiões focarem a compaixão e a piedade, nenhuma delas tem condições de ser aceita por toda a humanidade. "Além disso, há muita gente que não se sente atraída por nenhuma religião", disse. O caminho para uma cultura de paz entre os homens passa pela universalização de uma ética secular para combater a corrupção, que ele chamou de "novo câncer do mundo". O líder budista, mundialmente respeitado, conquistou mais aplausos ao defender a importância da educação para valores desde o jardim da infância até a faculdade. Para ele, isso é tarefa das próximas gerações: "Cabe a vocês dar forma ao século 21. Um mundo de compaixão pode ser criado".

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

CAPA

ZFM sai ganhando na 'batalha' dos tablets

Vantagens para a Zona Franca foram mantidas na votação da MP, feita ontem, no senado. PÁGINA A16

Sim & Não

colocar em risco todo o interesse do País e da nossa querida ZFM. Parabenizo-o pelo relatório”.

Quem diria! Impensável até bem pouco tempo, por causa das rusgas de 2010, mas aconteceu. O senador Alfredo Nascimento (PR) parabenizou ontem o colega Eduardo Braga por ter seguido orientação da liderança do Governo na Casa em retirar emenda que havia apresentado na MP dos Tablets.

Coincidência O mais intrigante é que o parabéns de Alfredo a Braga ocorreu no mesmo dia em que ele desistiu de dois processos nos quais pedia a cassação do mandato do governador Omar Aziz e seu vice, José Melo (PMDB).

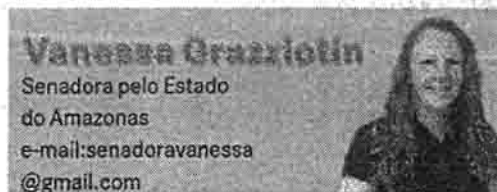
O elogio Assim Alfredo se dirigiu a Braga: “Quero parabenizá-lo pela compreensão e pela proposta de retirada dessa emenda de redação que, realmente, pode

Vanessa Grazziotin

Agora a batalha é no STF

Fruto de um acordo entre a bancada parlamentar amazonense, os governos estadual e federal, aprovamos no Senado a MP 534 garantido vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus para produzir tablets. A medida reduziu a zero o PIS/Confins para quem fabricar no país o microcomputador portátil sem teclado.

Todos os pleitos do segmento empresarial local foram atendidos. Ao restringir a área do tablet entre 140 e 600 cm² e que a unidade não possua função de controle remoto, evitou-se que o benefício fosse estendido às telas dos televisores e celulares fabricados em outras regiões do país. Também elevamos em 4,6% para 5,6% o crédito de PIS/Confins para quem comprar o tablet na Zona Franca. Com isso, as indústrias desses segmentos em Manaus mantiveram sua competitividade. Além da MP 534, ainda garantimos na MP



540 o aumento da isenção de 75% para 100% do imposto de renda para quem fabricar bens de informática voltados para inclusão digital no Norte e Nordeste. Trata-se de um conjunto de medidas que nos garante um ambiente competitivo no Amazonas. Não há como afirmar o contrário e nem desmerecer essa conquista usando argumentos e contas simplórias e contraditórias. Vencemos essa importante batalha na Câmara e no Senado, cujos relatórios foram elaborados pela deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) e o senador Eduardo Braga. Agora nossas atenções estão voltadas para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde o governador Omar Aziz ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Governo de São Paulo, do PSDB, que zerou a alíquota de ICMS para quem produzir tablets naquele Estado. Tal medida afronta à Constituição e certamente não vingará.

Manaus, quinta-feira, 22 de setembro de 2011.

Lei Aprovada

MP dos Tablets passa no Senado

Medida agora segue para a sanção presidencial

BRASÍLIA - O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/11, decorrente da Medida Provisória (MP) 534/11, que isenta do pagamento de alguns impostos os ta-

blets produzidos no Brasil. O Projeto inclui os computadores de mão em forma de prancheta e com tela sensível ao toque na Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem, reduzindo a zero as

alíquotas da contribuição para o PIS e Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda a varejo desses produtos. Com sua inclusão nos incentivos fiscais do Programa de Inclusão Digital (PID), o governo federal pretende reduzir em mais de 30% o preço final ao consumidor.

Relator da proposta no Senado, o senador Eduardo Braga (PMDB) defendeu que os tablets possuem "grande potencial de venda, tanto no mercado interno quanto no externo", o que justifica a exigência de fabricação do produto no Brasil.



Galaxy, da Samsung, será feito no PIM

"A medida melhorará o perfil das exportações brasileiras, ainda fortemente calcadas em produtos primários, e contribuirá para o equilíbrio do balanço de transações correntes. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2010, os bens de tecnologia da informação e comunicação (TIC) apresentaram déficit na balança comercial de 18,9 bilhões de dólares", afirmou.

DETALHAMENTO

Senador do Amazonas, Eduardo Braga também foi autor da

emenda aprovada na Câmara que alterou as especificações do produto, incluindo, dentre outras ressalvas, que os aparelhos não podem possuir "função de controle remoto". Com a mudança, os tablets passam a ser classificados como "máquinas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 e inferior a 600 cm² e que não possuam função de comando remoto".

Mais caras

Bicicletas serão afetadas por novo IPI

Assim como os carros importados, as bicicletas estrangeiras também ficarão mais caras. Sem alarde, o governo elevou o Imposto de Importação das bicicletas de 20% para 35%. “O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de bicicletas, mas tinha uma das menores alíquotas de importação do mundo. As importações do mercado informal prejudicam o segmento”, afirma Moacyr Alberto Paes, diretor-executivo da Abraciclo (associação das fabricantes de veículos de duas rodas). Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio, as importações de bicicletas pularam de 49 mil unidades (0,9% de participação de mercado) em 2006 para 255 mil (4,8%) produtos no ano passado. A mudança visa gerar oportunidade de desenvolvimento para a indústria local. Em 2010, foram vendidas 5,3 milhões de bicicletas no Brasil.

Vantagem da Zona Franca é preservada

A especificação do que é um tablet, na MP 534, era uma preocupação dos parlamentares da região Norte, em especial do Amazonas. Descrições como “sem teclado” e “tela de área superior a 140 e inferior a 600 cm²” ajudaram a evitar a ampliação do benefício fiscal às telas de celulares e de televisores fabricadas em outras regiões do País, assegurando assim a competitividade das indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM), que fabricam esses produtos e já recebem outros incentivos fiscais.

Outra emenda incluída na Câmara que beneficia a região foi o aumento em um ponto percentual do crédito da Cofins recebido pela pessoa jurídica que adquirir tablets fabricados na Zona Franca de Manaus. A intenção é incentivar o comércio de produtos fabricados no PIM e impedir que a região seja preferida em favor de áreas mais desenvolvidas e bem localizadas, como o interior de São Paulo. Segundo o relator da proposta, a compensação pela renúncia fiscal decorrente do aumento do crédito da Cofins virá da receita oriunda da venda dos tablets pela própria Zona Franca.

“Nossa preocupação maior, da bancada do Amazonas, que tem um importante pólo industrial de eletroeletrônicos, era não permitir que a Zona Franca de Manaus fosse prejudicada, perdesse a competitividade e a oportunidade de participar, ao lado de outros estados brasileiros, do processo de produção de tablets no Brasil”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), defendendo que o Senado conseguiu um equilíbrio entre os interesses dos Estados e os interesses do País.

CAPA



PIM garante incentivos para produzir tablets

Empresas que optarem em produzir o equipamento no Estado, por exemplo, terão a isenção fiscal para produção de bens de informática voltados para inclusão digital e crédito de 5,6% no PIS/Cofins

Se ainda havia algum receio quanto à competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM), no que diz respeito à fabricação de tablets, a medida provisória (MP) 534/2011, aprovada ontem no Senado, veio para assegurar e resguardar a produção do equipamento em território amazonense.

Com essa decisão, as empresas que optarem em produzir o equipamento no Estado terão a isenção fiscal para produção de bens de informática voltados para inclusão digital e crédito de 5,6% de Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) para quem comprar o produto com o selo 'made in PIM'.

O benefício é direito apenas das fabricantes de tablets instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM), que também contam com a alíquota zero do PIS/Pasep e da Confins, incentivos concedidos às fabricantes do equipamento no país. A garantia está no Projeto de Lei de Conversão (PLC) 23/2011, resultante da medida provisória 534/2011, conhecida como 'MP dos Ta-

blets'. Aprovado pelos senadores, o texto agora segue para apreciação da presidente Dilma Rousseff.

O relator da matéria, senador Eduardo Braga, comemorou o resultado da votação, que prevê benefícios que até então as empresas da Zona Franca de Manaus não tinham. "Ao mesmo tempo em que as empresas do PIM que fabricarem tablets não vão pagar o PIS/Cofins, porque a isenção é para todo país, aqueles que comprarem esses produtos da Zona Franca poderão se creditar em 5,6%. Essa é uma vantagem efetivamente muito importante para a produção do tablet no Amazonas", explicou Braga.

Proteção a outros setores

Outra medida considerada importante pelo senador por preservar as indústrias instaladas no polo manauense é a definição do

que é tablet - "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque, de área superior a 140 centímetros quadrados e 600 centímetros quadrados e que não possuam função de comando remoto".

"Essa definição preserva a competitividade da indús-

tria de televisores e monitores do PIM e evitar que os incentivos fiscais dos tablets sejam utilizados para a fabricação desses produtos em outras regiões", salientou o senador. "Isso evita e afasta qualquer confusão que possa surgir entre o que é tablet ou o que é televisor ou monitor de vídeo", completou.



Trajetória de negociações

A medida provisória foi aprovada mediante acordo entre o relator e líderes partidários. O relatório começou a ser negociado por Eduardo Braga, assim que a MP começou a tramitar na Câmara dos Deputados. Ele conseguiu a inclusão pela relatora naquela Casa, a deputada federal Manoela D'Ávila, das emendas que garantem as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus.

Na Câmara, também foram acrescentadas emendas que beneficiam o Amazonas, como a prorrogação por mais cinco anos da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, para transporte de mercadorias cuja

origem ou destino final sejam portos localizados no Norte e no Nordeste.

"Essa medida interessa muito ao polo industrial, porque nós temos um dos maiores portos de indústria do Brasil e que representa uma economia de mais de R\$ 200 milhões por ano no custo de frete para o Amazonas", explicou o senador.

Consumidor sai ganhando

A concessão de isenção fiscal para quem produz tablet no Brasil vai baratear em até 35% um produto importado que é vendido aqui por cerca de R\$ 1,6 mil. Segundo Braga, com a desoneração e fabricação no país, o mesmo produto poderá custar até o final do ano cerca de R\$ 1 mil. "É a grande vantagem é que essa desoneração vai gerar emprego e renda, de preferência, no Polo Industrial de Manaus", finalizou Braga.

Porto

Edital de Manaus sai em fevereiro

ELZA FIUZA/ABR



Segundo José Leônidas, o porto de Manaus será o primeiro porto federal a ser concedido para a iniciativa privada

Estimado em R\$ 600 milhões, o projeto do novo porto de Manaus deve ter seu edital de licitação publicado até fevereiro de 2012. De acordo com o ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, José Leônidas Cristino, esse é o objetivo do governo, que, juntamente com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) já estuda o projeto de forma preliminar.

"Estamos trabalhando para que, no fim deste ano ou início do próximo, esteja sendo disponibilizado o edital", afirmou o ministro, ao participar da 3ª Conferência de Logística Brasil-Alemanha, no Rio de Janeiro.

"Se tudo correr bem, espe-

ramos que as obras do porto de Manaus sejam iniciadas ainda em 2012", acrescentou. Quando concluído, o porto de Manaus atenderá ao complexo industrial da cidade e a toda a região amazônica.

Segundo previsão inicial do governo, a licitação deveria ter sido feita no ano passado, mas o projeto sofreu seguidos adiamentos. Manaus será o primeiro porto federal a ser concedido para a iniciativa privada.

Demais portos

Cristino ainda reiterou, ontem, que todas as obras previstas para os terminais brasileiros em preparação para os eventos

esportivos que o país vai sediar nos próximos anos serão concluídas a tempo.

Segundo ele, o cronograma foi estabelecido com prazos confortáveis para 'evitar surpresas'. "Fizemos uma previsão bem tranquila. Todas as obras serão concluídas no final de 2013. Podemos ganhar ou perder dois meses, mas a estrutura que dimensionamos será concluída nesse período", disse.

Ele acrescentou que a ideia é permitir a utilização dos navios ancorados para ampliar o número de leitos para os turistas durante os jogos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

CAPA

Senado aprova desoneração da produção de tablets e texto vai para a presidente. POLÍTICA PÁG 6

Senado aprova a MP dos tablets

Medida reduz tributação para quem comprar o produto de fabricantes da Zona Franca

TEXTO Agência Estado
FOTOS José Cruz/ABr

BRASÍLIA

O plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLC) 23/2011, resultante da Medida Provisória 534/2011, conhecida como MP dos Tablets. A medida reduz a zero a alíquota do Programa de Integração Social (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para quem produz tablets no Brasil. O texto agora segue para aprovação da presidente Dilma Rousseff.

Para proteger a Zona Franca de Manaus da concorrência na atração de fabricantes de tablets, a proposta aumentou de 4,6% para 5,6% o crédito da Cofins para esses produtos, quando forem adquiridos de empresas da região. Uma emenda aprovada na Câmara estabeleceu como limite máximo 600 cm² para a tela dos ta-

blets e proibiu que viessem com controle remoto. Foi uma medida preventiva da bancada do Amazonas, para que os benefícios fiscais não favorecessem monitores nem televisões.

Após a aprovação, o relator da matéria, senador Eduardo Braga (PMDB), comemorou o

FRASE



Eduardo Braga. Senador

A medida melhorará o perfil das exportações brasileiras, ainda fortemente calcadas em produtos primários”

Sobre a MP aprovada ontem.

resultado da votação. Segundo ele a matéria prevê benefícios que até então as empresas da Zona Franca de Manaus não tinham. “Aqueles que comprarem esses produtos da Zona Franca poderão se creditar em 5,6%. Essa é uma vantagem efetivamente muito importante para a produção do tablet no Amazonas”, disse Braga.

A MP prevê ainda que as Zonas de Processamento de Exportação criadas a partir de 23 de julho de 2007 terão mais um ano para o início das obras de implantação de fábricas. Depois de protestos do PSDB, o relator retirou uma emenda que estendia esse prazo às ZPEs criadas a partir de 1989. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apontou mudança de mérito na nova redação conferida ao dispositivo, o que obrigaria o retorno da matéria à Câmara. No entanto, os deputados não teriam tempo hábil para rever a matéria, que perde a validade no dia 2 de outubro.



ESTRATÉGIA
Líderes fizeram acordo para que o benefício às ZPEs seja incluído na MP 540

O senador Eduardo Braga defendeu o PLC na tribuna do Senado, ontem. Ele foi o relator da matéria

Pessimismo dos industriais com a economia está maior, diz CNI

O pessimismo dos industriais com a situação da economia está maior. Segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) de setembro, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a confiança do setor caiu de 44,5 pontos em agosto para 44,2 em setembro. O Icei varia de 0 a 100, e valores abaixo de 50 indicam pessimismo.

Impostos dificultam a competitividade

Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) desde 2007, Lourival Kiçula já ocupou o mesmo cargo em várias companhias do setor na iniciativa privada. Administrador de empresas, ele observa, nesta entrevista, que o Brasil vive um momento de destaque no mercado internacional, mas que o progresso, a competitividade e o futuro promissor serão determinados, também, pela redução da carga tributária.

■ Por Leda Cavalcanti

■ É difícil ser presidente da Eletros?

Lourival Kiçula – Acima de tudo, é uma satisfação e uma honra ser o presidente de um setor tão importante da economia brasileira. Temos 28 associados e minha função é coordenar o trabalho das equipes. Temos um time muito competente, que atua em harmonia.

■ São muitas as dificuldades?

LK – No geral, não há dificuldades porque cada segmento tem seu espaço bem definido. Cabe a mim a tarefa de reunir todos esses esforços e trabalhar de forma que o setor tenha, cada vez mais, espaço em todos os segmentos da sociedade.

■ Quais as reivindicações mais importantes da Eletros ao governo?

LK – A relação da Eletros com todas as esferas do governo é muito boa. Trata-se de um trabalho que vem sendo realizado há tempo. O setor posiciona-se e leva ao governo suas principais sugestões e reivindicações.

■ Como está nossa indústria de eletros em relação a de outros países?

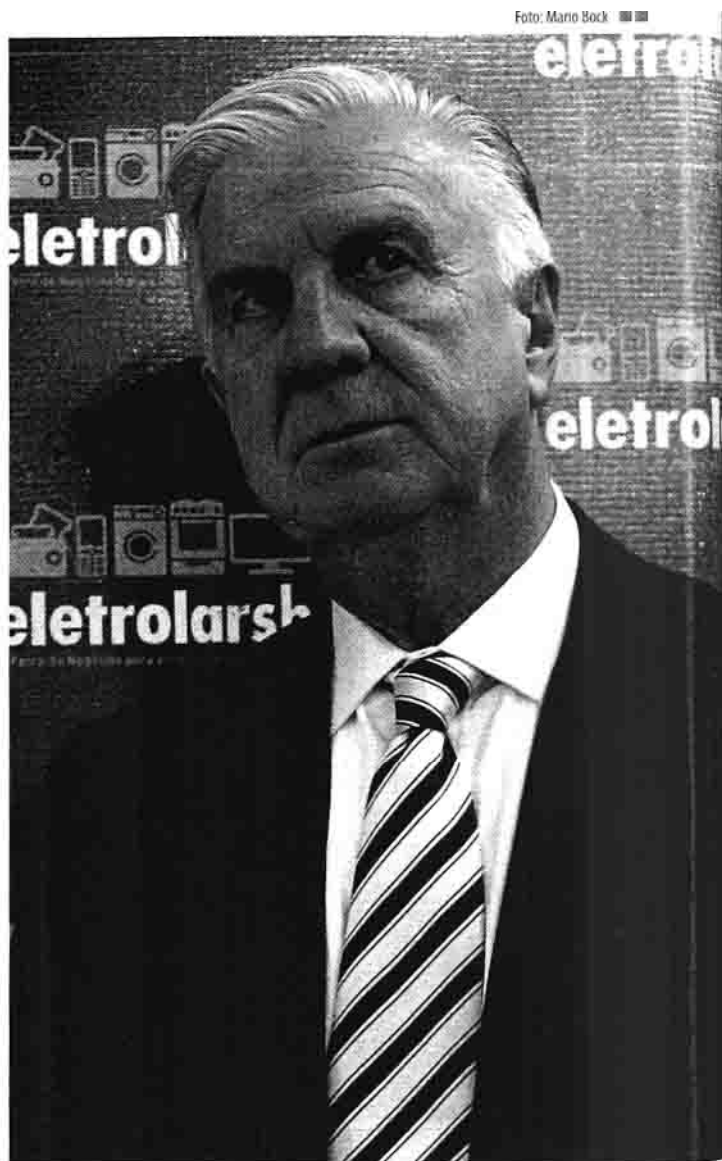


Foto: Mano Bock ■■

“O Brasil está bem posicionado no mercado internacional. Somos o maior parque industrial da América Latina e temos um mercado com características diferentes em relação aos outros continentes.”



Impostos dificultam a competitividade (Continuação)

LK – O Brasil está bem posicionado no mercado internacional. Somos o maior parque industrial da América Latina e temos um mercado com características diferentes em relação aos outros continentes. O brasileiro é inovador.

■ **Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas?**

LK – Estamos em um momento de destaque no mercado internacional, entretanto, o que temos hoje é uma cadeia de impostos nociva para todo o setor. Na linha branca, por exemplo, a carga tributária setorial só é menor do que a de produtos do fumo, o que é um entrave para o desenvolvimento do setor. A economia brasileira dá segurança para os empresários, mas também enfrentamos a facilitação de importação. Isso preocupa mais do que as regras. Queremos continuar a ser competitivos, mas enfrentamos dificuldades num país com tantos impostos e a valorização da nossa moeda.

■ **A falta de medidas de estímulo à exportação afeta o setor?**

LK – Essa demora na efetivação das medidas de estímulo à exportação atrapalha o setor de eletroeletrônicos, pois dificulta, significativamente, a aceleração e o desenvolvimento dos projetos no segmento, sendo prejudicial ao crescimento de toda a economia.

■ **Quais os problemas que advêm da elevação da taxa de juros?**

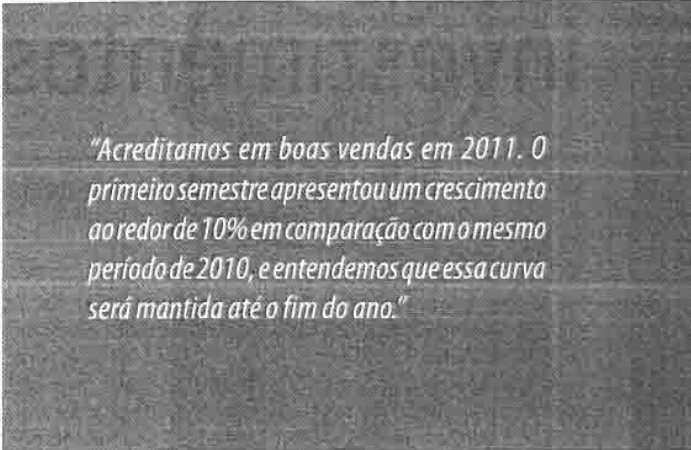
LK – Além de provocar aumento no preço da matéria-prima, cada reajuste na taxa de juros diminui a vontade do consumidor brasileiro de comprar a prazo. Um anúncio de alta na taxa Selic faz com que ele fique mais resistente às compras.

■ **A nova classe média influiu de alguma forma na estratégia das empresas?**

LK – A classe média brasileira está comprando produtos de maior valor agregado. Itens antes prescindíveis, agora fazem parte do cotidiano de todos. É o caso, por exemplo, das cafeteiras, lavadoras de roupa, televisores LCD, LED, de plasma, produtos que já estão integrados à rotina de quem tem uma vida atribulada e precisa de modernidade e rapidez para agilizar seu dia a dia.

■ **Qual a expectativa da Eletros para o fim deste ano?**

LK – Acreditamos em boas vendas em 2011. O primeiro semestre apresentou um crescimento ao redor de 10% em comparação com o mesmo período de 2010, e entendemos que essa curva será mantida até o fim do ano. As



"Acreditamos em boas vendas em 2011. O primeiro semestre apresentou um crescimento ao redor de 10% em comparação com o mesmo período de 2010, e entendemos que essa curva será mantida até o fim do ano."

lavadoras tiveram destaque nos seis primeiros meses, com crescimento da ordem de 20%. As vendas para o varejo saltaram de 2,8 milhões de unidades para 3,5 milhões. No caso dos eletroportáteis (aspirador, sanduicheira, liquidificador, secador, ferro, miniforno, batadeira, espremedor de frutas, secador, cafeteira), houve aumento de 18% este ano. Na linha marrom, o setor também teve incremento de produção. As câmeras digitais venderam 10% a mais no primeiro semestre. Para os televisores, a expectativa da Eletros é de que em 2011 o setor alcance 13 milhões de unidades vendidas e suplante o registrado em 2010, que foi de 12 milhões, crescimento expressivo, considerando-se que no ano passado foi realizada a Copa do Mundo

■ **Como o senhor vislumbra o futuro da indústria do setor no Brasil?**

LK – Podemos ter grande crescimento com a chegada de novas tecnologias. Porém, há muitos problemas a resolver, como altos impostos, real valorizado, infraestrutura etc.

■ **O Brasil é bom mercado?**

LK – O Brasil é um país de grandes proporções, desde a extensão territorial até sua população, com mais de 180 milhões de habitantes. Além do mais, é um mercado com características que oferecem a cada segmento espaço para os diversos produtos do setor de eletroeletrônicos. As perspectivas são boas, mas teremos de trabalhar fortemente para melhorar porque o progresso, a competitividade e o futuro promissor do nosso setor dependerão, também, da redução da carga tributária nacional.

Cenário favorável para novos investimentos no PIM

Flávia Skrobot Barbosa Grosso, superintendente da Zona Franca de Manaus

Successivos recordes de produção, faturamento e empregos alcançados neste ano pelas empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) indicam um cenário favorável para a consolidação de novos investimentos. O polo faturou US\$ 16,3 bilhões, valor 22,85% maior que o acumulado nos cinco primeiros meses de 2010. Esse resultado positivo deve-se à crescente demanda do mercado interno, ao aumento do poder de compra dos consumidores, à qualidade e à competitividade dos produtos do PIM.

O segmento eletroeletrônico lidera os resultados dentre os subsetores em atividade no PIM. Nos primeiros cinco meses do ano, as empresas desse subsetor atingiram a marca de US\$ 5,2 bilhões, sendo responsáveis pela geração de 41,7 mil empregos diretos nas linhas de produção. Entre os principais itens produzidos no PIM, destacam-se os televisores com telas LCD, telefones celulares, aparelhos de ar-condicionado e de áudio e vídeo, câmeras fotográficas, entre outros, que atraem cada vez mais a atenção dos consumidores pelo alto valor tecnológico, e que estarão em exposição na sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam) 2011.

Marcada para 26 a 29 de outubro, em Manaus (AM), a feira consolidou-se como o maior evento multissetorial da região, conquistando reconhecimento nacional e internacional e se destacando como ferramenta estratégica de promoção comercial, um espaço privilegiado de prospecção de negócios e atração de novos investimentos para a Amazônia brasileira.

Esse evento tem contribuído de forma significativa para divulgar ao Brasil e para o exterior o modelo Zona Franca de Manaus e o Polo Industrial de Manaus, que obteve um salto de faturamento anual de US\$ 9,1 bilhões em 2002, ano de lançamento da Fiam, para US\$ 35 bilhões, marca histórica alcançada em 2010. A expectativa é que, em 2011, o PIM alcance novo recorde de faturamento, em torno de US\$ 40 bilhões.

A cada edição, a Feira Internacional da Amazônia tem atraído um número cada vez maior de investidores e de marcas consolidadas para o parque fabril de Manaus, produtoras de componentes e de bens finais, dos segmentos eletroeletrônicos e também de informática, duas rodas, químico, termoplástico e relojoeiro, entre outros.

Em paralelo à exposição e o lançamento de produtos industrializados no PIM, a Fiam apresenta ainda variada programa-



Foto: Divulgação

ção, que inclui rodadas de negócios em geral e de negócios de turismo, Pavilhão Amazônia, com exposição de produtos fabricados com insumos oriundos da biodiversidade regional, Salão de Negócios Criativos e Jornada de Seminários, com enfoque em temas estratégicos para o desenvolvimento regional sustentado.

Os resultados apresentados durante a feira são extremamente positivos e permitem vislumbrar um cenário favorável para a região. Os visitantes que comparecerem à Fiam 2011 podem estar certos de que terão a oportunidade de conhecer produtos inovadores, fabricados com alta tecnologia e que levam a marca da qualidade: Zona Franca de Manaus.

O consumidor é quem manda



Foto: Divulgação

Abram Szajman*

A competição acirrada no varejo brasileiro obriga as empresas nela empenhadas a constante processo de renovação. Novas técnicas e tecnologias são incorporadas a cada instante à estrutura varejista para reduzir custos, diminuir perdas, melhorar os serviços, aumentar o lucro e responder com rapidez aos interesses do consumidor. Isso faz do setor, tradicionalmente o mais dinâmico da economia, também o mais inovador no âmbito da globalização. A mais recente transformação setorial fez o varejo unir-se à indústria e aos demais segmentos da cadeia produtiva, para responder com maior eficácia ao consumidor de hoje, cada dia mais esclarecido, consciente de seu papel na economia e, sobretudo, exigente quanto ao atendimento de suas necessidades.

Essa nova estratégia pressupõe entender o fluxo da cadeia produtiva pelo lado da demanda, com base nos hábitos, nas necessidades e nos costumes do consumidor, pois será ele quem definirá o planejamento da produção e as demais ações da cadeia produtiva. Esse fluxo inverso de planejamento da produção, o gerenciamento de categorias, é uma das ferramentas do sistema de Resposta Eficiente ao Consumidor (ECR), criado nos Estados Unidos na década de 80, com o

objetivo de identificar as necessidades do consumidor desde a retirada do produto da gôndola do supermercado.

Hoje, consolidado nas economias em apogeu e em franca expansão na América Latina, esse sistema integra o varejo, a indústria e os demais segmentos da cadeia produtiva aumentando a produtividade das empresas, que passam a administrar cada produto como se esse fosse uma unidade de negócios, e elevando o grau de satisfação do consumidor, que tem suas necessidades satisfeitas com rapidez e a preços vantajosos.

Esse passo importante na conquista de novo patamar para o varejo brasileiro não permite, entretanto, que empresas e empresários do setor deixem de pesquisar novas estratégias para seu negócio – a economia globalizada exige, cada vez mais, criatividade, inovação e produtividade, seja qual for o setor ou segmento produtivo.

** Abram Szajman é presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) e dos Conselhos Regionais do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).*

